

Índice de Transparência Ativa - ITA

Síntese dos Resultados

Edição Julho/2017

AGOSTO DE 2017

Sumário

1. Introdução

2. Sobre o Índice de Transparência Ativa (ITA)

3. Modelo de *template* padrão desenvolvido pela SECOM

4. Notas Metodológicas

4.1. Conjunto de portais analisados

4.2. Vulnerabilidades relacionadas ao índice

4.3. Recomendação

5. Principais resultados

5.1. Índice Geral

5.2. De acordo com classes de análise

5.3. De acordo com unidades que compõem as classes de análise

a) Secretarias Municipais (SM)

b) Prefeituras Regionais (PR)

c) Administração Indireta (AI)

5.4 De acordo com seções e capas

6. Categorias de Transparência Ativa

6.1. Órgãos e entidades com elevada transparência ativa

6.2. Órgãos e entidades com média transparência ativa

6.3. Órgãos e entidades com baixa transparência ativa

6.4. Órgãos e entidades com muito baixa transparência ativa

7. Considerações Finais

1. Introdução

Em cumprimento à Lei Federal nº 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), bem como das regulamentações implementadas no âmbito municipal sobre o tema¹, a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) desenvolve uma série de ações que visam garantir o direito de acesso à informação a todas as suas cidadãs e cidadãos.

Com esse intuito, a Coordenadoria da Promoção da Integridade (COPI) da Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM) busca sempre implementar ações que estimulem e/ou aperfeiçoem a cultura da transparência entre os órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal. Além disso, também deseja-se com essas ações aumentar o nível de satisfação de seus munícipes em relação ao rol de dados e informações disponibilizados nos portais institucionais dos órgãos e entidades vinculados à PMSP, aprimorando, desta forma, a qualidade da transparência ativa, além da da transparência passiva que se relaciona com o direito de acessar as informações públicas por meio de pedidos de acesso à informação via plataforma Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

Com esse objetivo, foram criados as seções “Acesso à Informação” e “Participação Social”, locais de centralização de dados e informações essenciais a serem disponibilizadas nos portais dos órgãos e entidades, assim como o Catálogo de Bases de Dados Municipais (CMBD), o Portal de Dados Abertos e o Portal da Transparência.

Destarte, este relatório objetiva principalmente analisar em que medida estão sendo seguidos os comandos previstos nos dispositivos normativos supracitados. Consequentemente, espera-se que este documento subsidie os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo com indicações de boas práticas relacionadas à disponibilização de dados e informações de interesse público, de modo a garantir uma melhor qualidade desde a sua produção até a sua disponibilização, como também do modo como acessá-las.

¹ Decreto Municipal nº 53.623/2012, e posteriores alterações de nº 54.779/2014 e nº 56.519/2015, bem como a Portaria Intersecretarial nº 03/2014 CGM/SECOM/SMDHC/SEMPA.

2. Sobre o Índice de Transparência Ativa (ITA)

O Índice de Transparência Ativa (ITA) foi construído a partir da avaliação dos portais institucionais de 75 órgãos e entidades vinculadas à Administração Direta e Indireta que compõem a Prefeitura do Município de São Paulo.

Essa avaliação foi realizada pela equipe da Divisão de Fortalecimento da Gestão (DFG) da Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) durante os 24 e 31 de julho de 2017 através da avaliação direta do conteúdo apresentado pelos portais supracitados.

O parâmetro principal para a criação do ITA é a Portaria Intersecretarial nº 03/2014 – CGM/SECOM/SMDHC/SEMPA². Tal portaria considera como dever dos órgãos e entidades públicas municipais a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral no âmbito de suas respectivas competências e responsabilidades. O ITA também encontra-se em consonância com a legislação vigente acerca da obrigatoriedade da publicação de informações relativas aos agentes públicos vinculados à Administração Municipal na internet (Lei Municipal nº 14.720/2008 e Decreto Municipal nº 50.070/2008), bem como com os princípios da publicidade e da transparência disciplinados principalmente pelo Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 12.527/2011 e Decretos Municipais nº 53.623/2012, nº 54.779/2014 e nº 56.519/2015.

O ITA de cada órgão ou entidade foi calculado a partir da média aritmética simples da avaliação de 02 (duas) variáveis e 03 (três) dimensões, a saber:

- Variável 01: Presença da seção "Acesso à Informação" no portal do órgão ou entidade **(A)**;
- Variável 02: Presença da seção "Participação Social" no portal do órgão ou entidade **(B)**;
- Dimensão 01: Adequação ao *template* padrão desenvolvido pela SECOM³ **(C)**;
- Dimensão 02: Apresentação das informações na seção "Acesso à Informação" **(D)**;
- Dimensão 03: Apresentação das informações na seção "Participação Social" **(E)**.

² A Portaria Intersecretarial nº 03/2014 - CGM/SECOM/SMDHC/SEMPA estabelece um rol mínimo de informações a serem disponibilizadas nos sites de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal em modelo de *template* padrão desenvolvido pela Secretaria Especial de Comunicação (SECOM). Cada uma dessas informações transformaram-se em critérios e indicadores para a formulação do ITA, que se refere ao nível de conformidade das entidades e órgãos da Administração Pública Municipal de acordo com as exigências da portaria sobredita, a qual encontra-se disponível no seguinte link: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/controladoria_geral/arquivos/Portarias/Portaria_Intersecretarial_03_2014.pdf.

³ Conforme Imagem 01 e Imagem 02 dispostas na página 3 deste presente relatório.

$$ITA = \frac{A + B + C + D + E}{5}$$

As variáveis – no caso, **A** e **B** – referem-se à presença das seções “Acesso à Informação” e “Participação Social” nos sites institucionais dos órgãos e entidades. Tais variáveis foram classificadas com notas 0 (zero) ou 10,0 (dez), de acordo com a conformidade do aspecto avaliado às exigências da Portaria Intersecretarial nº 03/2014 e de orientações técnicas expelidas pela Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) da Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM).

A primeira dimensão, “Adequação ao *template* padrão desenvolvido pela SECOM” (**C**) é resultado da média aritmética simples da avaliação de 15 critérios de conformidade com o *template* padrão desenvolvido pela SECOM. O critério de classificação utilizado é idêntico ao praticado para as variáveis A e B, conforme descrito acima.

A dimensão “Apresentação das informações na seção ‘Acesso à Informação’” (**D**), a quarta a compor o presente índice, é o resultado da média aritmética simples de 41 critérios avaliados em cada um das capas que compõe a seção “Acesso à Informação”.

Por fim, a terceira e última dimensão, “Apresentação das informações na seção ‘Participação Social’” (**E**), é o resultado da média aritmética simples de 20 critérios avaliados em cada um das capas que compõe a seção “Participação Social”.

Todos os critérios destas duas últimas dimensões (**D** e **E**) foram classificados com notas 0 (zero), 5 (cinco) ou 10 (dez), de acordo com a conformidade do seu respectivo conteúdo às exigências da Portaria Intersecretarial nº 03/2014 e de orientações técnicas expelidas pela COPI/CGM.

Por fim, a metodologia de cálculo do ITA consiste na combinação destas 2 (duas) variáveis e 3 (três) dimensões e que, por sua vez, culminam com a constituição de um indicador síntese (o ITA propriamente dito). Quanto mais próximo de 10 o valor deste indicador, maior será o nível de transparência ativa⁴ deste órgão ou entidade.

⁴ Transparência Ativa trata-se da divulgação de dados e informações por iniciativa dos próprios órgãos e entidades que compõem o setor público, isto é, “quando são tornadas públicas informações, independente de requerimento, utilizando principalmente a Internet. Um exemplo de transparência ativa são as seções de acesso à informações dos sites dos órgãos e entidades. Os portais de transparência também são um exemplo disso. A divulgação proativa de informações de interesse público, além de facilitar o acesso das pessoas e de reduzir o custo com a prestação de informações, evita o acúmulo de pedidos de acesso sobre temas semelhantes”. **Fonte:** Portal Acesso à Informação. Disponível em <http://www.acessoinformacao.gov.br/> (Acesso 7 Ago 2017).

3. Modelo de *template* padrão desenvolvido pela SECOM

Imagem 01 – Modelo de *template* para a seção “Acesso à Informação”

Acesso à Informação

Esta seção reúne e divulga, de forma espontânea, dados da Controladoria Geral do Município que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determinam a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011) e o Decreto Municipal 53623/2012. Nesta Secretaria a autoridade de monitoramento da LAI pode ser contactada no endereço eletrônico controladoriageral@prefeitura.sp.gov.br. Informações adicionais podem ser obtidas no Portal da Transparência.



Acesso à Informação

<p>Institucional</p> <p style="font-size: x-small;">Informações sobre funções, competências, estrutura organizacional, quem é quem e agenda de autoridades</p>	<p>Ações e Programas</p> <p style="font-size: x-small;">Dados sobre programas, ações, projetos e atividades</p>	<p>Perguntas Frequentes</p> <p style="font-size: x-small;">Respostas às perguntas mais frequentes</p>
<p>Informações Classificadas e Desclassificadas</p> <p style="font-size: x-small;">Rol de informações classificadas e desclassificadas</p>	<p>e-SIC</p> <p style="font-size: x-small;">Solicitação de acesso à informação e relatórios estatísticos do e-SIC</p>	<p>Auditorias</p> <p style="font-size: x-small;">Relatórios</p>
<p>Compras Públicas</p> <p style="font-size: x-small;">Acesso aos documentos de compras/licitações realizados por meio eletrônico ou presencial</p>	<p>Contratos e Parcerias</p> <p style="font-size: x-small;">Relação dos atos firmados entre a Administração Municipal com outro ente público ou privado</p>	

Imagem 02 – Modelo de *template* para a seção “Participação Social”

Participação Social

Conheça os espaços existentes e as atividades desenvolvidas pela Controladoria Geral do Município para fomentar o diálogo com a população e a participação social na construção das políticas públicas.

<p>Conselhos e Órgãos colegiados</p> <p style="font-size: x-small;">A Controladoria Geral do Município não dispõe de nenhum órgão colegiado sob sua gestão.</p>	<p>Conferências</p> <p style="font-size: x-small;">Acompanhe os documentos de conferências passadas com temas relacionados à atuação da Controladoria Geral do Município.</p>
<p>Audiências Públicas</p> <p style="font-size: x-small;">Audiências Públicas realizadas pela Controladoria Geral do Município e promovidas pela Coordenadoria de Promoção da Integridade.</p>	<p>Consultas Públicas</p> <p style="font-size: x-small;">Consultas Públicas realizadas pela Controladoria Geral do Município e promovidas pela Coordenadoria de Promoção da Integridade.</p>
<p>Diálogos Sociais</p> <p style="font-size: x-small;">Veja aqui as ações da Controladoria Geral do Município e demais parcerias para a promoção de diálogos entre a Prefeitura e a Sociedade Civil.</p>	<p>Fundos</p> <p style="font-size: x-small;">Atualmente a Controladoria Geral do Município não possui nenhum fundo vinculado a sua administração.</p>
<p>Promoção da Cidadania</p> <p style="font-size: x-small;">Acompanhe as ações da Controladoria Geral do Município que contribuem para a promoção da cidadania.</p>	 <p>PREFEITURA DE SÃO PAULO</p>

4. Notas Metodológicas

4.1. Conjunto de portais analisados

Principalmente para facilitar a sistematização de dados e informações, além de favorecer a composição de cenários propícios a comparações, criou-se algumas unidades de análise, as quais apresenta-se no quadro abaixo:

Quadro 01 – As classes de análise que compõem o ITA

ADMINIS TRAÇÃO	CLASSE DE ANÁLISE UTILIZADA	SIGLA	COMPOSIÇÃO
Direta	Secretarias Municipais	SM	<ul style="list-style-type: none"> • 22 Secretarias Municipais⁵ • 02 Secretarias Especiais⁶ • CGM
	Prefeituras Regionais	PR	<ul style="list-style-type: none"> • 32 Prefeituras Regionais⁷
Indireta	Administração Indireta	AI	<ul style="list-style-type: none"> • 05 Autarquias⁸ • 11 Empresas Públicas⁹ • 02 Fundações¹⁰
T O T A L			75 órgãos e entidades¹¹

⁵ Secretarias Municipais de Educação (SME), das Prefeituras Regionais (SMPR), do Verde e do Meio Ambiente (SMVA), de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), de Pessoa com Deficiência (SMPED), de Mobilidade e Transportes (SMT), da Fazenda (SF), de Serviços e Obras (SMSO), da Cultura (SMC), de Habitação (SEHAB), de Inovação e Tecnologia (SMIT), de Segurança Urbana (SMSU), de Justiça (SMJ), de Desestatização e Parcerias (SMDP), de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), de Gestão (SMG), da Saúde (SMS), do Governo Municipal (SGM), de Relações Internacionais (SMRI), de Esportes e Lazer (SEME) e do Trabalho e Empreendedorismo (SMTE).

⁶ Secretarias Especiais de Comunicação (SECOM) e de Relações Governamentais (SMRG).

⁷ Prefeituras Regionais de Pirituba/Jaraguá (PRPJ), Itaim Paulista (PRIT), Perus (PRPR), Santo Amaro (PRSA), Mooca (PRMO), Jabaquara (PRJA), Aricanduva/Vila Formosa (PRAF), Vila Maria/Vila Guilherme (PRMG), Ermelino Matarazzo (PMEM), Lapa (PRLA), Ipiranga (PRIP), Butantã (PRBT), Jaçanã/Tremembé (PRJT), Sé (PRSE), Cidade Tiradentes (PRCT), Capela do Socorro (PRCS), Sapopemba (PRSP), Vila Mariana (PRVM), Freguesia do Ó/Brasilândia (PRFO), São Miguel Paulista (PRMP), Parelheiros (PRPA), Pinheiros (PRPI), Penha (PRPE), M'Boi Mirim (PRMB), Casa Verde (PRCV), Campo Limpo (PRCL), Cidade Ademar (PRAD), Guaianases (PRG), Itaquera (PRIQ), Santana/Tucuruvi (PRST), São Mateus (PRSM) e Vila Prudente (PRVP).

⁸ Autarquia Hospitalar Municipal (AHM), Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM), Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMS), Instituto de Previdência Municipal (IPREM) e Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

⁹ São Paulo Obras (SP Obras), Companhia de Engenharia e Tráfego (CET), Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (PRODAM), São Paulo Urbanismo (SP Urbanismo), Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), São Paulo Transporte (SPTrans), Companhia Paulista de Securitização (SPSec), São Paulo Turismo (SPTuris), Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (SPDA), Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (SP Cine), São Paulo Parcerias (SP Parcerias).

¹⁰ Fundação Teatro Municipal de São Paulo (FTMSP) e Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura (FUNDATEC).

¹¹ O que representa a totalidade de órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal.

4.2. Notas gerais

Para a apresentação dos resultados apurados durante o processo de coleta, sistematização e análise dos dados e informações encontrados, optou-se por descrevê-los e discuti-los se utilizando, na maior parte do tempo, de técnicas de análise quantitativa.

Tal fato deve-se principalmente:

- ao ITA ser um dos 9 (nove) índices que compõem um sistema de notas que, por sua vez, originam o Índice de Integridade da Prefeitura de São Paulo;
- a grande diversidade de aspectos que são abordados pela Portaria Intersecretarial nº 03/2014 – CGM/SECOM/SMDHC/SEMPA, bem como de seus variados níveis de complexidade, dificultam a realização de uma análise qualitativa dos resultados encontrados.

4.3 Vulnerabilidades relacionadas ao índice

- Ausência de metodologia para o procedimento de avaliação dos portais de forma a minimizar subjetividades, assimetria de entendimentos¹², etc.;
- Baixa maturidade e completude de alguns tipos de informação¹³;
- Impossibilidade de averiguação de confiabilidade, veracidade ou conformidade de informações¹⁴;
- Falta de divulgação da data referente à publicação das informações disponibilizadas e, se for o caso, também da data de sua última atualização; e, por fim,
- Atendimento parcial às especificações previstas no artigo 3º¹⁵ da Portaria Intersecretarial nº 03/2014 – CGM/SECOM/SMDHC/SEMPA.

¹² Por exemplo, em várias capas deseja-se a disponibilidade da divulgação de eventos já realizados. Em alguns portais, há informações de eventos realizados apenas há mais de 3 anos. Desta forma, dever-se-á estabelecer a forma como este tipo de informação será avaliado. Outro exemplo a ser definido a forma de avaliação é a citação de eventos até correspondentes ao solicitado pela capa, mas, no entanto, não de responsabilidade do órgão ou entidade anunciante e que nem mesmo foi realizado em sua área de jurisdição.

¹³ A agenda da autoridade máxima do órgão ou entidade é um bom exemplo neste sentido. Não haverá muita serventia quando se informa apenas o horário e os nomes das pessoas que dela participarão se não sabe-se os seus respectivos vínculos profissionais e nem a pauta a ser discutida. Outro exemplo a ser citado é quando disponibiliza-se apenas um link referente ao tema da capa onde encontra-se inserido.

¹⁴ Neste caso, pode-se citar a lista de servidores com seus respectivos contatos, bem como o organograma do órgão ou entidade.

¹⁵ Art. 3º Os órgãos e entidades da Administração municipal deverão disponibilizar, discriminados por departamentos e unidades orçamentárias, os seus dados gerais, a partir das seguintes especificações (...)

4.4. Recomendação

- Aprimoramento do índice, principalmente em relação às variáveis utilizadas para sua confecção e a metrologia de seu cálculo de forma a torná-lo ainda mais fidedigno em relação ao seu objetivo.

5. Principais resultados

5.1. Índice Geral

Entre a sua primeira medição em fevereiro deste ano e a atual versão, conforme demonstra a Tabela 01, o Índice de Transparência Ativa (ITA) apresentou um crescimento de aproximadamente 9%, chegando à pontuação de 5,67 (ante 5,21 da primeira medição). Ainda vale ressaltar que a quantidade de órgãos e entidades que foram inclusas na avaliação passou de 69 para 76, o que representa um aumento de um pouco mais do que 10% no período avaliado.

Tabela 01 – A evolução do ITA no Município de São Paulo (fevereiro a julho de 2017)

	VERSÃO FEV/2017	VERSÃO JUL/2017	VARIAÇÃO (%)
Índice de Transparência Ativa	5,21	5,75	▲10,36
Nº de órgãos avaliados	69	75	▲8,70*

(*) Este aumento foi devido principalmente a dois cenários ocorridos após fevereiro de 2017: (i) órgãos recém-implantados ou extintos ou (ii) então já existentes, mas que só criaram ou adequaram seus portais após este período.

5.2. De acordo com classes de análise

Conforme pode-se verificar na Tabela 02, todas as 03 (três) classes de análise – Secretarias Municipais, Prefeituras Regionais e Administração Indireta – tiveram um acréscimo em relação à quantidade de órgãos e entidades avaliados nesta atual medição do ITA. Contudo, a Administração Indireta foi a única que apresentou um crescimento acentuado – neste caso, aproximando-se de 29%.

As classes Secretarias Municipais e Prefeituras Regionais apresentaram, por sua vez, um crescimento de 4,17% e 3,23%, respectivamente.

Agora, considerando-se a evolução do ITA, depara-se principalmente com dois cenários bem opostos, onde houve uma queda e um crescimento, ambas de forma acentuada. A grande queda foi apresentada pelo conjunto das entidades que formam a classe de análise Administração Indireta – no caso, de cerca de 30%. Por outro lado, o crescimento da classe

Prefeituras Regionais contrapôs-se ao cenário sobredito, uma vez que apresentou um crescimento do seu índice superior a 36%.

A classe Secretarias Municipais, por sua vez, teve sua pontuação acrescida em quase 3% no período avaliado.

Tabela 02 – A evolução do ITA de acordo com as classes de análise (fevereiro a julho de 2017)

CLASSE DE ANÁLISE	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA					
	VERSÃO FEV/2017		VERSÃO JUL/2017		VARIÇÃO FEV-JUL/2017(%)	
	Índice	Nº de portais analisados	Índice	Nº de portais analisados	Índice	Nº de portais analisados
SM	5,91	24	6,08	25	▲2,88	▲4,17
PR	5,22	31	7,13	32	▲36,59	▲3,23
AI	3,98	14	2,82	18	▼29,15	▲28,57

5.3. De acordo com unidades que compõem as classes de análise

A seguir, apresentar-se-á o panorama encontrado tendo como ponto de análise as unidades que compõem cada uma das classes de análise utilizadas.

a) Secretarias Municipais (SM)

b) Prefeituras Regionais (PR)

c) Administração Indireta (AI)

a) Secretarias Municipais (SM)

Considerando o Índice de Transparência Ativa (ITA), os órgãos que compõem esta classe de análise totalizaram uma média de 6,08. Enquanto na mediação anterior, ocorrida em fevereiro deste ano, este mesmo índice foi de 5,91, o que representa um crescimento de 2,9% (conforme Tabela 02).

Já como pode-se observar na Tabela 03, dos 25 órgãos que compõem esta classe, 8 (oito) apresentaram crescimento em seus respectivos índices, os quais merecem maior destaque SMRI e SMUL. O crescimento destas Pastas foi de, respectivamente, 147,97% e 59,27%. No entanto, vale ressaltar que, na edição anterior, SEME obteve para este índice a nota 0 (zero) e que, na presente edição, este mesmo índice foi de 3,36.

Por outro lado, dos 25 órgãos que compõem essa classe de análise, mais da metade (14 ao todo) verificaram uma redução em seus índices, dos quais destacam-se: SMADS (-7,19%), SMIT (-6,98%) e SMPED (-5,65%). E, por fim, 2 órgãos mantiveram seus índices estáveis (SMDHC e SMTE) e SMRG não teve seu portal avaliado na versão anterior deste índice.

Tabela 03 – A evolução do ITA de acordo com a classe de análise “Secretarias Municipais” (fevereiro a julho de 2017)

ÓRGÃO			ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA		
			VERSÃO FEV/2017	VERSÃO JUL/2017	VARIAÇÃO FEV-JUL/2017 (%)
01°	Controladoria Geral do Município	CGM	9,95	9,80	▼1,47
02°	Secretaria Municipal de Serviços e Obras	SMSO	7,26	9,26	▲27,56
03°	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA	8,19	9,02	▲10,08
04°	Secretaria Municipal de Educação	SME	9,13	8,89	▼2,67
05°	Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	SMPR	8,31	8,11	▼2,44
06°	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	SMDHC	7,75	7,75	0

07°	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	SMUL	4,85	7,72	▲59,27
08°	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS	7,98	7,41	▼7,19
09°	Secretaria Municipal da Fazenda	SF	7,44	7,38	▼0,87
10°	Secretaria Municipal da Cultura	SMC	7,31	7,16	▼2,07
11°	Secretaria Municipal de Habitação	SEHAB	7,04	7,11	▲0,96
12°	Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência	SMPED	7,46	7,04	▼5,65
	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	SMT	7,41		▼5,03
14°	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	SMIT	6,95	6,46	▼6,98
15°	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU	6,59	6,39	▼3,03
16°	Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias	SMDP	5,20	6,20	▲19,23
17°	Secretaria Municipal de Relações Internacionais	SMRI	2,02	5,55	▲147,97
18°	Secretaria Municipal de Justiça	SMJ	5,68	5,46	▼3,93
19°	Secretaria Municipal de Gestão	SMG	4,70	4,46	▼5,17
20°	Secretaria Municipal da Saúde	SMS	3,75	3,63	▼3,26
21°	Secretaria do Governo Municipal	SGM	3,70	3,55	▼3,93
	Secretaria Especial de Comunicação	SECOM	3,46		▲2,73
23°	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	SEME	0	3,36	--
24°	Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo	SMTE	0	0	0
	Secretaria Especial de Relações Governamentais	SMRG	--		0

b) Prefeituras Regionais (PR)

Dos 32 órgãos que compõem esta classe de análise, conforme pode-se observar na Tabela 04, em 11 deles observou-se um decréscimo em seus respectivos índices. As quedas mais significativas foram verificadas na Prefeitura Regional Capela do Socorro (-6,65%), Prefeitura Regional Mooca (-6,62%) e Prefeitura Regional Butantã (-3,80%).

Já em relação ao universo total de prefeituras regionais, em 15 delas pode-se verificar a elevação de seus índices em relação à medição anterior (fevereiro de 2017). Inclusive em 6 (seis) este crescimento foi superior à 65%: Prefeitura Regional Campo Limpo (6.740,24%), Prefeitura Regional Casa Verde (4.558,54%), Prefeitura Regional M'Boi Mirim (80,45%), Prefeitura Regional Parelheiros (75,53%), Prefeitura Regional Pinheiros (72,77%) e Prefeitura Regional Penha (68,58%).

Ainda pode-se observar que 5 (cinco) órgãos desta classe de análise, mesmo obtendo a nota 0 (zero) na edição anterior deste índice, apresentaram notas positivas. São eles: Prefeitura Regional Guaianases (7,28), Prefeitura Regional Cidade Ademar (7,08), São Mateus (6,98), Santana/Tucuruvi (6,80) e Itaquera (6,61). Finalizando a análise de unidades desta classe, a Prefeitura Regional Vila Prudente, que nesta edição do ITA obteve a nota 6,89, não teve seu portal avaliado em sua edição anterior.

Todo o cenário exposto acima contribuiu para que o Índice de Transparência Ativa desta classe de análise crescesse aproximadamente 3,2%, passando de 5,22% em fevereiro deste ano para 7,13 em julho do mesmo ano corrente, conforme demonstra-se na Tabela 02.

Tabela 04 – A evolução do ITA de acordo com a classe de análise “Prefeituras Regionais” (fevereiro a julho de 2017)

ÓRGÃO			ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA		
			VERSÃO FEV/2017	VERSÃO JUL/2017	VARIAÇÃO FEV-JUL/2017 (%)
01°	Prefeitura Regional Pirituba/Jaraguá	PRPJ	8,31	8,11	▼2,37
02°	Prefeitura Regional de Aricanduva/Vila Formosa	PRAF	7,36	7,89	▲7,22
03°	Prefeitura Regional Itaim Paulista	PRIT	8,04	7,86	▼2,18
04°	Prefeitura Regional Vila Mariana	PRVM	6,96	7,78	▲11,84
05°	Prefeitura Regional Santo Amaro	PRSA	7,60	7,63	▲0,35
06°	Prefeitura Regional Perus	PRPR	7,60	7,34	▼3,48
07°	Prefeitura Regional Guaianases	PRG	0	7,28	--
08°	Prefeitura Regional Freguesia do Ó/Brasilândia	PRFO	6,94	7,24	▲4,27
09°	Prefeitura Regional Lapa	PRLA	7,26	7,23	▼0,36
	Prefeitura Regional Parelheiros	PRPA	4,12		▲75,53
	Prefeitura Regional Vila Maria/Vila Guilherme	PRMG	7,35		▼1,64
12°	Prefeitura Regional Jabaquara	PRJA	7,40	7,21	▼2,54
	Prefeitura Regional Ermelino Matarazzo	PMEM	7,31		▼1,34
14°	Prefeitura Regional Jaçanã/Tremembé	PRJT	7,06	7,16	▲1,45
15°	Prefeitura Regional Sapopemba	PRSP	6,93	7,11	▲2,61
	Prefeitura Regional M´Boi Mirim	PRMB	3,94		▲80,45

17°	Prefeitura Regional Sé	PRSE	7,08	7,09	▲0,08
18°	Prefeitura Regional Cidade Ademar	PRAD	0	7,08	--
19°	Prefeitura Regional Pinheiros	PRPI	4,07	7,03	▲72,77
20°	Prefeitura Regional Casa Verde	PRCV	0,15	6,99	▲4.558,54
21°	Prefeitura Regional São Mateus	PRSM	0	6,98	--
22°	Prefeitura Regional Cidade Tiradentes	PRCT	6,88	6,94	▲0,84
23°	Prefeitura Regional Ipiranga	PRIP	7,14	6,91	▼3,21
	Prefeitura Regional Mooca	PRMO	7,40		▼6,62
25°	Prefeitura Regional Vila Prudente	PRVP	--	6,89	--
26°	Prefeitura Regional de Campo Limpo	PRCL	0,10	6,84	▲6.740,24
27°	Prefeitura Regional Santana/Tucuruvi	PRST	0	6,80	--
28°	Prefeitura Regional Butantã	PRBT	7,06	6,79	▼3,80
29°	Prefeitura Regional Penha	PRPE	3,99	6,73	▲68,58
30°	Prefeitura Regional São Miguel Paulista	PRMP	6,62	6,64	▲0,23
31°	Prefeitura Regional Itaquera	PRIQ	0	6,61	--
32°	Prefeitura Regional Capela do Socorro	PRCS	6,92	6,46	▼6,65

c) Administração Indireta (AI)

O universo composto por esta classe de análise é de 18 entidades, sendo 2 (duas) fundações (FTMSP e FUNDATEC), 5 (cinco) autarquias (AMLURB, FTMSP, AHM, HSPM e IPREM) e 11 empresas públicas (SP Cine, SP Parcerias, SPDA, SPSec, SPTuris, SPTrans, COHAB-SP, SP Urbanismo, PRODAM, CET e SP Obras), conforme apresenta-se na Tabela 05.

Deste total, apenas 3 (três) demonstraram crescimento em seus índices, dos quais somente o da SP Obras foi significativo (14,50%). Este resultado manteve-a como a entidade melhor classificada da Administração Indireta em relação ao ITA. Por outro lado, 7 (sete) entidades tiveram seus índices reduzidos nesta versão do índice, sendo que as maiores quedas foram verificadas na SPTrans (-7,40%) e CET (-7,14%).

Seis entidades (AMLURB, FTMSP, SP Cine, SP Parcerias, SPDA e FUNDATEC) não tiveram seus portais avaliados na edição de anterior deste índice. Já na presente edição, estes mesmos portais foram avaliados com a nota 0 (zero).

O portal da SPSec, em ambas as edições do ITA, foi avaliado com a nota 0 (zero).

Por sua vez, SPTuris, que na edição de fevereiro obteve a nota 0 (zero), na presente edição deste índice chegou à nota 1,13.

Sendo desta forma, entre as classes de análise que compõem este índice (Secretarias Municipais, Prefeituras Regionais e Administração Indireta), esta foi a única que não apresentou crescimento, conforme pode-se observar na Tabela 02. Passou de uma nota média 3,98 para 2,82 em suas duas edições, o que representou uma queda de praticamente 30%.

Tabela 05 – A evolução do ITA de acordo com a classe de análise “Administração Indireta” (fevereiro a julho de 2017)

ÓRGÃO			ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA		
			VERSÃO FEV/2017	VERSÃO JUL/2017	VARIAÇÃO FEV-JUL/2017 (%)
01°	São Paulo Obras	SP Obras	7,68	8,79	▲14,50
02°	Autarquia Hospitalar Municipal	AHM	6,38	6,50	▲1,91

03°	Companhia de Engenharia e Tráfego	CET	6,63	6,16	▼7,14
04°	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo	PRODAM	5,57	5,43	▼2,44
05°	São Paulo Urbanismo	SP Urbanismo	5,10	4,95	▼2,92
06°	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	COHAB-SP	4,00	4,05	▲1,22
07°	Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM	3,90	3,75	▼3,86
08°	Serviço Funerário do Município de São Paulo	SFMSP	3,63	3,63	▼0,06
09°	Instituto de Previdência Municipal	IPREM	3,46	3,27	▼5,35
10°	São Paulo Transporte	SPTTrans	3,34	3,09	▼7,40
11°	São Paulo Turismo	SPTuris	0	1,13	--
12°	Companhia Paulista de Securitização	SPSec	0	0	0
	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	SPDA	--		--
	Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo	SP Cine	--		--
	São Paulo Parcerias	SP Parcerias	--		--
	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	FTMSP	--		--
	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	AMLURB	--		--
	Fundação Paulista de Educação, Tecnologia e Cultura	FUNDATEC	--		--

5.4 De acordo com seções e capas

A Portaria Intersecretarial nº 03/2014 – CGM/SECOM/SMDHC/SEMPA prevê a criação de normas e procedimentos visando à transparência ativa dos órgãos e entidades vinculados à Administração Pública do Município de São Paulo, a qual se materializará em seus respectivos portais.

Neste sentido, o ITA possibilita a verificação da existência das seções previstas na norma supracitada, sendo estas denominadas “Acesso à Informação” e “Participação Social”. Além disso, este índice ainda permite que verifique-se as capas que devem compor cada uma dessas duas seções citadas, as quais também devem-se apresentar de acordo com previsão normativa constante ao mesmo dispositivo. **Vale ressaltar que estas capas, por sua vez, são compostas por itens, os quais serão abordados logo na sequência deste relatório.**

Voltando à discussão acerca da existência dessas seções, verificou-se que para ambos os casos o cenário foi de melhora, conforme pode-se verificar na tabela abaixo.

Tabela 06 – Existência nos portais das Seções “Acesso à Informação” e “Participação Social” e pontuação média de suas respectivas capas (fevereiro a julho de 2017)

SEÇÃO	PORTAIS VERSÃO FEV/2017				PORTAIS VERSÃO JUL/2017				VARIÇÃO DA PONTUAÇÃO MÉDIA DAS CAPAS* FEV-JUL/2017 (%)
	Quantidade	Existência da Seção	%	Pontuação média das capas (A)	Quantidade	Existência da Seção	%	Pontuação média das capas (B)	
Acesso à Informação	69	56	81,16	3,29	75	65	86,67	3,17	▼3,65
Participação Social		44	63,79	1,69		56	74,67	1,94	▲14,79

(*) Os valores expressados nesta coluna são resultados da evolução da pontuação média demonstrada na coluna denominada “Pontuação média das capas (A)” em relação à coluna denominada “Pontuação média das capas (B)”

Em fevereiro deste ano, enquanto que em 56 dos 69 portais avaliados possuíam a seção “Acesso à Informação” (81,16% do total), em julho deste ano, este mesmo cenário foi de 65 dos 75 portais avaliados (ou seja, presente em 86,67% do total). Considerando a pontuação média verificada entre os itens de cada uma de suas capas¹⁶ - conforme apresenta-se nas colunas denominadas A e B da Tabela 06 – observa-se uma queda de 3,65% (passou de 3,29 pontos em fevereiro para 3,17 pontos em julho, de um total de 10 pontos possíveis para ambas as medições).

Já a seção “Participação Social” estava implementada em 44 dos 69 portais em fevereiro (aproximadamente 64% do total). Nesta atual medição, este cenário passou para 56 dos 75 portais (74,67% do total). Para este mesmo intervalo de tempo, a pontuação média das capas que compõem esta mesma seção apresentou um crescimento superior a 14% (de 1,69 pontos em fevereiro para 1,94 pontos na atual medição, de um total de 10 pontos possíveis para ambas as medições).

Agora, considerando-se o desempenho relacionado ao conteúdo das capas¹⁷ de ambas as seções previstas pela Portaria Intersecretarial nº 03/2014 (Tabela 07), observa-se que apenas duas delas obtiveram nota superior a 5 (cinco) na medição de julho deste ano, sendo estas as capas “Institucional” (6,42) e “Perguntas Frequentes” (7,80). Exatamente este mesmo cenário fora encontrado na medição inicial (fevereiro de 2017). Mas, no caso, as pontuações encontradas foram de 6,00 e 6,74, respectivamente.

Do total de 15 capas – 8 (oito) correspondente à seção “Acesso à Informação” e 7 (sete) à “Participação Social” – 10 apresentaram um quadro de melhora entre fevereiro e julho deste ano, períodos das duas medições realizadas por este índice. Neste sentido, os crescimentos mais representativos são verificados em “Fundos” (77,84%), “Contratos e Convênios” (72,68%) e “Consultas Públicas” (40,54%).

Por outro lado, 4 (quatro) capas apresentaram regressões relacionadas ao seu desempenho, sendo elas: “Ações e Programas” (-43,45%), Diálogos Sociais (-15,85%), Conferências (-11,19%) e “Compras Públicas” (-5,60%).

E, por fim, a capa “Promoção da Cidadania” manteve-se estável nas duas medições, a qual obteve pontuação média de 2,22 pontos numa escala de 0 a 10 pontos.

¹⁶ A seção “Acesso à Informação” é constituída por uma determinada quantidade de capas (ver Imagem 01). Estas capas, por sua vez, são compostas por **itens** e são estes o objeto desta avaliação que ora apresenta-se. Este mesmo aspecto é válido para os dados apresentados para a seção “Participação Social” (ver Imagem 02), conforme demonstra a Tabela 06.

¹⁷ Conforme os **itens** que, por sua vez, compõem o conteúdo de cada capa.

Tabela 07 – Desempenho do conteúdo das capas que compõem as seções “Acesso à Informação” e “Participação Social” (fevereiro a julho de 2017)

SEÇÃO	CAPAS	VERSÃO FEV/2017	VERSÃO JUL/2017	VARIAÇÃO FEV-JUL/2017 (%)
ACESSO À INFORMAÇÃO	Institucional	6,00	6,42	▲7,00
	Ações e Programas	3,13	1,77	▼43,45
	Perguntas Frequentes	6,74	7,80	▲15,73
	Informações classificadas e desclassificadas	2,61	2,63	▲0,77
	e-SIC	3,62	3,64	▲0,55
	Auditorias	4,13	4,37	▲5,81
	Compras Públicas	2,50	2,36	▼5,60
	Contratos e Convênios	1,83	3,16	▲72,68
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Órgãos Colegiados	2,68	3,40	▲26,87
	Conferências	1,43	1,27	▼11,19
	Audiências Públicas	1,47	1,87	▲27,21
	Consultas Públicas	1,11	1,56	▲40,54
	Diálogos Sociais	1,64	1,38	▼15,85
	Fundos	1,67	2,97	▲77,84
	Promoção da Cidadania	2,22	2,22	0

6. Categorias de Transparência Ativa

O Índice de Transparência Ativa (ITA) varia numericamente de 0 a 10 e quanto maior for este número, maior será o nível de transparência ativa medido em um determinado órgão ou entidade vinculado à Administração Pública do Município de São Paulo. Sendo assim, com base no fato de se tratar de uma medida comparativa, estes órgãos ou entidades podem ter um índice de transparência ativa classificado em 4 (quatro) categorias definidas de acordo com intervalos fixos, os quais apresenta-se a seguir:

Quadro 02 – Categorias de transparência ativa

CATEGORIA	INTERVALO DE PONTUAÇÃO
Elevada transparência ativa	Superior a 8
Moderada transparência ativa	5,01 a 8
Baixa transparência ativa	2,01 a 5
Muito baixa transparência ativa	Inferior a 2

6.1. Órgãos e entidades com elevada transparência ativa

Na categoria onde apresenta-se elevada transparência ativa, ou seja, onde obteve-se pontuação entre 8,01 e 10 no Índice de Transparência Ativa, denota-se a concentração de 3 (três) secretarias municipais, 01 (uma) entidade da Administração Indireta, 01 (uma) Prefeitura Regional, além da Controladoria Geral do Município, totalizando assim, 06 (seis) órgãos e entidades (8% do total geral).

Abaixo, na Tabela 08, encontra-se a relação destes órgãos e entidades.

Tabela 08 – Relação de órgãos e entidades com elevada transparência ativa (versão julho de 2017)

CATEGORIA	POSIÇÃO GERAL	ÓRGÃO	SIGLA	CLASSE DE ANÁLISE	ITA VERSÃO JUL/2017
ELEVADA	01°	Controladoria Geral do Município	CGM	Secretarias Municipais	9,80
	02°	Secretaria Municipal de Serviços e Obras	SMSO	Secretarias Municipais	9,26
	03°	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SMVA	Secretarias Municipais	9,02
	04°	Secretaria Municipal de Educação	SME	Secretarias Municipais	8,89
	05°	São Paulo Obras	SP Obras	Administração Indireta	8,79
	06°	Prefeitura Regional Pirituba/Jaraguá	PRPJ	Prefeituras Regionais	8,11

6.2. Órgãos e entidades com média transparência ativa

Nesta categoria (Tabela 09), onde concentra-se os órgãos e entidades que pontuaram entre 5,01 e 8 no Índice de Transparência Ativa, pode-se observar um total de 48 instituições vinculadas à hierarquia administrativa da Prefeitura do Município de São Paulo. Este resultado representa 64% do universo de 75 órgãos e entidades avaliados.

Das 48 instituições que encontram-se nesta categoria, a classe de análise Prefeituras Regionais é a que concentrou a maior quantidade de frequência. Das 32 Prefeituras Regionais existentes atualmente, 31 foram classificadas como de média transparência ativa¹⁸. Este cenário representou 64,6% das instituições concentradas nesta categoria (média transparência ativa).

Do restante desta categoria, 14 são da classe de análise Secretarias Municipais e 3 (três) da Administração Indireta, o que em termos percentuais representam, respectivamente, 29,2% e 6,2% das instituições concentradas na categoria média transparência ativa.

¹⁸ A única exceção foi a Prefeitura Regional Pirituba/Jaraguá, a qual apresentou elevada transparência ativa.

Tabela 09 – Relação de órgãos e entidades com média transparência ativa (versão julho de 2017)

CATEGORIA	POSICÃO GERAL	ÓRGÃO	SIGLA	CLASSE DE ANÁLISE	ITA VERSÃO JUL/2017
MODERADA	07°	Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	SMPR	Secretarias Municipais	7,91
	08°	Prefeitura Regional de Aricanduva/Vila Formosa	PRAF	Prefeituras Regionais	7,89
	09°	Prefeitura Regional Itaim Paulista	PRIT	Prefeituras Regionais	7,86
	10°	Prefeitura Regional Vila Mariana	PRVM	Prefeituras Regionais	7,78
	11°	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	SMDHC	Secretarias Municipais	7,75
	12°	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	SMUL	Secretarias Municipais	7,72
	13°	Prefeitura Regional Santo Amaro	PRSA	Prefeituras Regionais	7,63
	14°	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS	Secretarias Municipais	7,41
	15°	Secretaria Municipal da Fazenda	SF	Secretarias Municipais	7,38
	16°	Prefeitura Regional Perus	PRPR	Prefeituras Regionais	7,34
	17°	Prefeitura Regional Guaianases	PRG	Prefeituras Regionais	7,28
	18°	Prefeitura Regional Freguesia do Ó/Brasilândia	PRFO	Prefeituras Regionais	7,24
	19°	Prefeitura Regional Vila Maria/Vila Guilherme	PRMG	Prefeituras Regionais	7,23
		Prefeitura Regional Lapa	PRLA	Prefeituras Regionais	
Prefeitura Regional Parelheiros		PRPA	Prefeituras Regionais		
22°	Prefeitura Regional Jabaquara	PRJA	Prefeituras Regionais	7,21	

	Prefeitura Regional Ermelino Matarazzo	PMEM	Prefeituras Regionais	
24°	Secretaria Municipal da Cultura	PMC	Secretarias Municipais	7,16
	Prefeitura Regional Jaçanã/Tremembé	PRJT	Prefeituras Regionais	
26°	Secretaria Municipal de Habitação	SEHAB	Secretarias Municipais	7,11
	Prefeitura Regional Sapopemba	PRSP	Prefeituras Regionais	
	Prefeitura Regional M'Boi Mirim	PRMB	Prefeituras Regionais	
29°	Prefeitura Regional Sé	PRSE	Prefeituras Regionais	7,09
30°	Prefeitura Regional Cidade Ademar	PRAD	Prefeituras Regionais	7,08
31°	Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência	SMPED	Secretarias Municipais	7,04
	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	SMT	Secretarias Municipais	
33°	Prefeitura Regional Pinheiros	PRPI	Prefeituras Regionais	7,03
34°	Prefeitura Regional Casa Verde	PRCV	Prefeituras Regionais	6,99
35°	Prefeitura Regional São Mateus	PRSM	Prefeituras Regionais	6,98
36°	Prefeitura Regional Cidade Tiradentes	PRCT	Prefeituras Regionais	6,94
37°	Prefeitura Regional Mooca	PRMO	Prefeituras Regionais	6,91
	Prefeitura Regional Ipiranga	PRIP	Prefeituras Regionais	
39°	Prefeitura Regional Vila Prudente	PRVP	Prefeituras Regionais	6,89
40°	Prefeitura Regional de Campo Limpo	PRCL	Prefeituras Regionais	6,84
41°	Prefeitura Regional Santana/Tucuruvi	PRST	Prefeituras Regionais	6,80

42°	Prefeitura Regional Butantã	PRBT	Prefeituras Regionais	6,79
43°	Prefeitura Regional Penha	PRPE	Prefeituras Regionais	6,73
44°	Prefeitura Regional São Miguel Paulista	PRMP	Prefeituras Regionais	6,64
45°	Prefeitura Regional Itaquera	PRIQ	Prefeituras Regionais	6,61
46°	Autarquia Hospitalar Municipal	AHM	Administração Indireta	6,50
47°	Prefeitura Regional Capela do Socorro	PRCS	Prefeituras Regionais	6,46
	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	SMIT	Secretarias Municipais	
49°	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU	Secretarias Municipais	6,39
50°	Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias	SMDP	Secretarias Municipais	6,20
51°	Companhia de Engenharia e Tráfego	CET	Administração Indireta	6,16
52°	Secretaria Municipal de Relações Internacionais	SMRI	Secretarias Municipais	5,55
53°	Secretaria Municipal de Justiça	SNJ	Secretarias Municipais	5,46
54°	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo	PRODAM	Administração Indireta	5,43

6.3. Órgãos e entidades com baixa transparência ativa

Esta categoria é composta por 11 órgãos e entidades, o que representa 14,67% dos 75 órgãos e entidades que se encontram na estrutura administrativa da Prefeitura do Município de São Paulo, conforme demonstra a Tabela 10. Desse total de 11 instituições, 6 (seis) são entidade da

Administração Indireta e o restante – 05 instituições – são da classe de análise Secretarias Municipais. Não há representante da classe de análise Prefeituras Regionais nesta categoria. Vale ressaltar que englobam esta categoria os órgãos e entidades que obtiveram pontuação entre 2,01 e 5.

Tabela 10 – Relação de órgãos e entidades com baixa transparência ativa (versão julho de 2017)

CATEGORIA	POSICÃO GERAL	ÓRGÃO	SIGLA	CLASSE DE ANÁLISE	ITA VERSÃO JUL/2017
B A I X A	55°	São Paulo Urbanismo	SP Urbanismo	Administração Indireta	4,95
	56°	Secretaria Municipal de Gestão	SMG	Secretarias Municipais	4,46
	57°	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	COHAB-SP	Administração Indireta	4,05
	58°	Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM	Administração Indireta	3,75
	59°	Secretaria Municipal da Saúde	SMS	Secretarias Municipais	3,63
		Serviço Funerário do Município de São Paulo	SF MSP	Administração Indireta	
	61°	Secretaria do Governo Municipal	SGM	Secretarias Municipais	3,55
		Secretaria Especial de Comunicação	SECOM	Secretarias Municipais	
	63°	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	SEME	Secretarias Municipais	3,36
	64°	Instituto de Previdência Municipal	IPREM	Administração Indireta	3,27
65°	São Paulo Transporte	SPTrans	Administração Indireta	3,09	

6.4. Órgãos e entidades com baixíssima transparência ativa

Esta categoria, que concentra os órgãos e entidades que totalizaram pontuação entre 0 e 2 (dois) pontos no Índice de Transparência Ativa, é composta de 10 órgãos e entidades, conforme observa-se na Tabela 11. Estes representam 13,33% do universo total de órgãos e entidades

analisadas. Considerando-se as classes de análise utilizadas, a Administração Indireta representou 80% das instituições que figuraram nesta categoria (8 entidades). Os outros 20% desta categoria são formados por órgãos da classe Secretarias Municipais.

Tabela 11 – Relação de órgãos e entidades com baixíssima transparência ativa (versão julho de 2017)

CATEGORIA	POSIÇÃO GERAL	ÓRGÃO	SIGLA	CLASSE DE ANÁLISE	ITA VERSÃO JUL/2017
MUITO BAIXA	66°	São Paulo Turismo	SPTuris	Administração Indireta	1,13
	67°	Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo	SMTE	Secretarias Municipais	0
		Secretaria Especial de Relações Governamentais	SMRG	Secretarias Municipais	
		Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	AMLURB	Administração Indireta	
		Fundação Theatro Municipal de São Paulo	FTMSP	Administração Indireta	
		Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo	SP Cine	Administração Indireta	
		São Paulo Parcerias	SP Parcerias	Administração Indireta	
		Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	SPDA	Administração Indireta	
		Companhia Paulistana de Securitização	SPSec	Administração Indireta	
		Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	FUNDATEC	Administração Indireta	

7. Considerações finais

Como pode-se verificar na Tabela 02, que aborda a trajetória do Índice de Transparência Ativa (ITA) de acordo com as classes de análise utilizadas por este relatório entre os meses de fevereiro e julho de 2017, tanto as Prefeituras Regionais como as Secretarias Municipais apresentaram crescimento em seus respectivos índices (36,59% e 2,88%).

Entende-se que o cenário sobredito é principalmente reflexo de várias ações desenvolvidas pela COPI, notadamente o projeto denominado “COPI Visita”, o qual atualmente encontra-se inativo.

Este projeto, além de apresentar aos órgãos e entidades vinculadas à PMSP as principais atribuições da CGM – e mais especificamente da COPI – também visava:

- a) Apresentação de relatórios avaliativos relacionados à transparência ativa disponibilizada principalmente em seus portais institucionais, bem como também relacionados à sua transparência passiva (solicitação de acesso à informação);
- b) Disponibilização de materiais didáticos que auxiliavam o processo de alimentação dos portais, bem como das possíveis adequações/correções indicadas pela COPI.

Vale ressaltar que durante todo o ano de 2016 o Projeto “COPI Visita” esteve presente em quase a totalidade toda de Prefeituras Regionais e de Secretarias Municipais, classes estas que apresentaram melhoras em seus índices de transparência ativa, conforme mencionado anteriormente.

Por outro lado, na contramão do cenário anterior, nenhuma entidade vinculada à Administração Pública Indireta do Município de São Paulo participou deste projeto e, coincidentemente ou não, esta categoria de análise foi a única que apresentou retração em seu índice.

Desta forma, é notória a importância de se reativar este projeto, uma vez que, além de privilegiar a transparência ativa dos órgãos e entidades públicas, ainda contribui com o fortalecimento da integridade da Administração Pública do Município de São Paulo. Isso é possível seja pelo fato de proporcionar às instituições responsáveis pelo controle interno e externo melhores condições para o monitoramento das ações estatais, seja pelo empoderamento das organizações da sociedade civil que atuam em áreas como controle social e *accountability*, bem como do próprio cidadão ou cidadã paulistana.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL